



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A LÍNGUA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A EFETIVAÇÃO DESSA MODALIDADE EDUCACIONAL POR MEIO DE CÓDIGOS LINGUÍSTICOS SINALIZADOS

Lilia Ferreira da Luz; Júlio Cesar de França Dias; Paulo Philippe Alves de Souza; Walquíria Pereira da Silva Dias; Teresa Cristina Lafontaine

*Faculdade Pitágoras do Maranhão, liliandaluz@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão, jc_geol4@hotmail.com
Instituto Florence de Ensino Superior, paulo-phillipe@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão, wal_ps10@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão, teresa_artur@hotmail.com*

Resumo: O Brasil é conhecido mundialmente pela sua diversidade de fauna e flora e sofre ameaça pelo crescimento urbano, industrial e pela produção agrícola. Com isso, há a necessidade da manutenção dessa pluralidade natural. A Educação Ambiental, a partir da Lei nº 9795/99, segundo a Política Nacional da Educação Ambiental – PNEA, apresenta-se, assim, enquanto instrumento que cumpre essa tarefa, entendida como processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Com a PNEA, datada de 1999, vários avanços foram obtidos no país em relação ao cuidado e à preservação da natureza, determinando obrigações a todos os setores da sociedade. Segundo a lei supracitada, todos possuem direito à educação ambiental e as instituições educativas possuem obrigação de fornecê-la em todos os programas educacionais oferecidos. Hoje, no país, vemos um esforço sendo feito para que se alcancem vários meios e veículos de informação e conhecimento. No entanto, ainda é necessária uma grande injeção de políticas públicas para que este tema se torne comum e de fácil entendimento para qualquer indivíduo. As escolas devem ser o palco principal da mudança de comportamento, semeando e construindo um pensamento crítico e social que valoriza a preservação do bem coletivo, tanto na instituição pública como na privada, sem distinção de limitações ou diferenças. Para isso, devemos respeitar as limitações de cada um e desenvolver propostas de ensino que proporcionem o mesmo entendimento para todos os alunos, de forma a promover uma educação inclusiva. É mister mencionar que o alunado da modalidade educacional inclusiva é constituída por alunos que apresentam as mais variadas deficiências e, para cada uma destas, faz-se necessário um recurso didático adaptado e/ou código linguístico diferenciado com o intento de proporcionar o entendimento do assunto abordado em sala de aula.

Portanto, a adequação dos meios que facilitem a compreensão de pessoas com limitações sensoriais ou transtornos é



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

indispensável para a promoção da inclusão social dentro das escolas. Para as pessoas surdas, a comunicação se dá pela Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que foi reconhecida, por meio da Lei nº 10.436/02, como a língua das comunidades surdas brasileiras. No artigo 4º, determina que o sistema educacional deve garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação inclusiva, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais / Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Além de adequar as instituições para receber essas pessoas, é preciso uma reformulação constante na própria língua de sinais para abrigar todos os tipos de conhecimentos e técnicas específicas de cada ciência, com o intuito de não deixar qualquer indivíduo à margem da dinâmica de aprendizagem. Diante do exposto, este trabalho tenta despertar e sensibilizar o discente a fazer parte também do meio ambiente enfocando a relação entre Homem x Natureza. Por isso, é relevante a conscientização dos surdos, ampliando sua capacidade de ações práticas de preservação do meio ambiente, promovendo a educação inclusiva e instigando o pensamento crítico em relação ao meio no qual se encontra. Dessa forma, para o estudo da Educação Ambiental faz-se necessária a presença do profissional intérprete para intermediar a comunicação professor x aluno e, além disso, considerar a complexidade do assunto face à fragilidade do vocabulário da língua de sinais, seja por parte do emissor (intérprete), do receptor (alunos surdos) ou pelos centros referenciais do ensino e promoção da Língua de Sinais Brasileira. O papel deste profissional é bastante árduo na realidade de sala de aula, pois muitas vezes o aluno não possui conhecimento da LIBRAS, esteja o aluno surdo no nível fundamental ou médio. Outro fator diz respeito às características técnicas das disciplinas da grade curricular: as especificidades de cada ciência dificultam ainda mais a interpretação do aluno sobre o tema abordado, já que nem todos os conceitos técnicos possuem tradução literal para a língua de sinais. A escola tem um papel social extremamente importante na formação de indivíduos críticos e, por isso, é primordial que todos entendam e se sintam incluídos nas discussões. Um tema pontual, interdisciplinar e urgente é a preservação ambiental, na qual a relação ser humano X meio ambiente deve ser compreendida e cabe à Educação Ambiental, inserida nas instituições, proporcionar o esclarecimento a respeito da temática. Para Sato (2000), “a construção de um comportamento sustentável na base da população é um dos maiores desafios da educação atualmente, então trazer essa temática para a realidade do aluno facilita a formação de uma nova conduta. (...) o professor deve inserir a dimensão ambiental dentro do contexto local, sempre construindo modelos através da realidade e pela experiência dos próprios alunos”. Então as peculiaridades do contexto social dos discentes devem ser trabalhadas, assim como suas condições de aprendizagem. A relevância da educação ambiental não é de um mero caráter



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

informativo, atua também na construção de futuros agentes políticos que irão transmitir conhecimento no meio em que estão inseridos. As pessoas com surdez não podem ser excluídas deste processo. Sendo assim, é urgente que as propostas pedagógicas para o ensino da pessoa surda englobe mecanismos que ajudem na percepção do meio ambiente, usando de novas técnicas e sinais que auxiliem na clareza do aluno. Para Lazier (2010), a Educação Ambiental tem papel significativo na busca de um processo pedagógico participativo permanente e conduz o educando a ter uma consciência crítica sobre o problema ambiental. “É, em síntese, uma educação política. Não obstante, percebe-se que este objetivo tem se mostrado difícil de atingir. Isto decorre da falta de um projeto pedagógico consistente por parte das escolas”. Com finalidade de promover a introdução dos surdos nos temas ambientais, devemos respeitar suas limitações em relação à língua e sempre buscar direcionamentos que os levem a compreender, em seu modo de expressar, quaisquer temáticas, nutrindo em cada indivíduo a sensação de pertencimento e inserção social. A presente pesquisa norteia-se a partir de uma abordagem qualitativa,

buscando compreender e interpretar comportamentos encontrados em sala de aula, a opinião e as expectativas dos alunos e professores. Com caráter exploratório, buscará caminhos que indiquem uma orientação que beneficie os alunos surdos, sua percepção do meio ambiente e a ampliação do seu vocabulário em Libras voltado à temática em questão – Educação Ambiental. Enquanto execução das atividades, no primeiro momento será realizada a observação em campo, visitando escolas, centros e instituições por onde passam surdos ou ouvintes usuários da Libras, analisando a maneira como a Educação Ambiental é trabalhada com os alunos surdos. Nesse caso, o Centro de Ensino e Apoio a Pessoa com Surdez – CAS será o objeto de estudo, por ser o centro de referência em atendimento aos surdos do Estado do Maranhão, além da pesquisa bibliográfica que irá contribuir para uma melhor investigação. Através de entrevistas, com alunos, professores, intérpretes e especialistas na área da educação de surdos, serão diagnosticadas as principais dificuldades e desafios encontrados em relação ao ensino – aprendizagem da Educação Ambiental. A partir deste momento, serão elaboradas atividades de reconhecimento de sinais e símbolos que familiarizem os estudantes com as questões ambientais e, em seguida, com a ajuda dos professores e intérpretes, serão criadas oficinas onde o aluno apresentará suas concepções acerca dos problemas ambientais atuais; confirmando a importância da responsabilidade com o meio ambiente, que segundo Grynszpan (1999), “é fundamental para o enfrentamento das questões da vida através da formação de sujeitos críticos”. Englobando todos os conhecimentos

adquiridos em pesquisas, observações e na própria convivência com os alunos, serão elaboradas propostas de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ensino que auxiliem o professor e que favorecerão o entendimento dos discentes a respeito das questões ambientais, estimulando-os a uma discussão crítica e social sobre o assunto.

Referências Bibliográficas

BRASIL, **Lei 9.795 de 27 de abril de 1999**, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 05 de Jul. de 2016.

_____. MEC. **Decreto n. 5.626 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, 2005.

_____. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2003.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GRYNSZPAN, D. Educação em saúde e educação ambiental: uma experiência integrada. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n.2, p. 133-138,1999.

LAZIER, J. de F. C. **Desenvolvimento do Conceito de Meio Ambiente com Crianças por Meio da “Contação de Histórias”**: Uma Contribuição à Educação Ambiental. Universidade Metodista de Piracicaba. Faculdade de Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em Educação. Piracicaba, São Paulo, 2010.

SATO, (2004, p. 29); apud. STADLER, et al. **A Educação Ambiental e o professor de ciências**. 15 p. Outubro 2010.